

Por uma leitura geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil

Wilians Ventura Ferreira Souza

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: wilians.ventura@unesp.br

Carlos Alberto Feliciano

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: carlos.feliciano@unesp.br

Resumo

O objetivo deste artigo é evidenciar a existência dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ a partir da coleta, leitura e análise de dados que percorrem desde a violação dos Direitos Humanos até a construção de lutas, manifestações e reivindicações no Espaço Urbano. Os Territórios da Morte foram representados a partir da materialização dos crimes de ódio contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e outras orientações e identidades a partir dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia entre os anos de 2000 a 2019. Os Territórios do Medo foram representados a partir dos processos de violação em curso contra os corpos LGBTQIAP+ a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. Por fim, os Territórios de Resistência foram representados pelo número de paradas e ações congêneres construídas em diferentes municípios entre os anos de 2006 a 2019. A violência direcionada a esses corpos é motivada por alguns discursos que se sustentam, sobretudo, a partir da religião e por algumas personalidades públicas que alimentam e engajam esse tipo de aversão e ódio. O mapa “Território da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+” evidencia o que temos de pior e de mais atroz. São corpos considerados “anormais”, “doentes” ou que se encontram em “pecado”, dessa forma, necessitam ou da “cura” que transformará esse corpo “desviante” em um corpo “normal”, ou da violência que punirá e eliminará os símbolos e códigos que determinados corpos carregam no contexto do espaço urbano. Para alcançar o objetivo proposto, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: coleta e tratamento de dados, análise comparativa dos dados estatísticos organizados em mapas e gráficos, levantamento, leitura da bibliografia e produção cartográfica.

Palavras-chave: Territórios; morte; medo; resistência; LGBTQIAP+; corpo.

For a geographical reading of the territories of death, fear and resistance LGBTQIAP+ in Brazil

Abstract

The aim of this article is to highlight the existence of the Territories of Death, Fear and RESISTANCE LGBTQIAP+ from the collection, reading and analysis of data that ranges from the violation of human rights to the construction of struggles, manifestations and claims in the Urban Space. The territories of death presented here were represented from the materialization of Hate Crimes against lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender, queer, intersex and asexual Brazilians from the data provided by the Gay Group of Bahia between 2000 and 2019. The territories of fear were represented from the ongoing rape processes against LGBTQIAP+ bodies based on data provided by the Ministry of Family, Women and Human Rights. Finally, the Resistance Territories were represented by the number of Stops

and similar actions built in different municipalities between 2006 and 2019. Violence directed at these bodies is motivated by some discourses that are supported, above all, by religion and some figures of public power. The "Territory of Death, Fear and Resistance LGBTQIAP+" map shows what we have the worst and cruelest. They are bodies considered "abnormal", "sick" or found in "sin", in this way, need or the healing that will reverse this "devious" body in a "normal" body or violence that punishes and eliminates the symbols that certain bodies carry. To achieve the proposed objective, the following methodological procedures will be used: data collection and treatment, comparative analysis of statistical data organized in maps and graphs, survey and reading of bibliography and cartographic production.

Keywords: Territories; death; fear; resistance; LGBTQIAP+; body.

Por una lectura geográfica de los territorios de muerte, miedo y resistencia LGBTQIAP+ en Brasil

Resumen

El objetivo de este artículo es destacar la existencia de los Territorios de muerte, miedo y resistencia LGBTQIAP+ a partir de la recopilación, lectura y análisis de datos que van desde la violación de los derechos humanos hasta la construcción de luchas, manifestaciones y reclamos en el Espacio Urbano. Los territorios de la muerte aquí presentados estuvieron representados a partir de la materialización de los crímenes de odio contra lesbianas, gays, bisexuales, travesties, transexuales, intersexuales y asexuales brasileños a partir de los datos proporcionados por el Grupo Gay de Bahía entre 2000 y 2019. Los territorios de miedo estuvieron representados a partir de los procesos de violación en curso contra los organismos LGBTQIAP+ sobre la base de datos proporcionados por el Ministerio de Familia, Mujer y Derechos Humanos. Finalmente, los Territorios de Resistencia estuvieron representados por el número de Paradas y acciones similares construidas en diferentes municipios entre 2006 y 2019. La violencia dirigida a estos cuerpos está motivada por algunos discursos que son apoyados, sobre todo, por la religión y algunas figuras del poder público. El mapa "Territorio de la Muerte, el Miedo y la Resistencia LGBTQIAP+" muestra lo que tenemos peor y más cruel. Son cuerpos considerados "anormales", "enfermos" o encontrados en "pecado", de esta manera, necesidad o la curación que revertirá este cuerpo "torpe" en un cuerpo "normal" o violencia que castiga y elimine los símbolos que ciertos cuerpos llevan. Para alcanzar el objetivo propuesto, se utilizarán los siguientes procedimientos metodológicos: recopilación y tratamiento de datos, análisis comparativo de datos estadísticos organizados en mapas y gráficos, encuesta y lectura de bibliografía y producción cartográfica.

Palabras-clave: Territorios; la muerte; miedo; resistencia; LGBTQIAP+; cuerpo.

Introdução

O objetivo deste artigo é evidenciar através da representação cartográfica e da construção de mapas, gráficos e leituras, a existência dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil. A proposta do artigo, por sua vez, se divide, principalmente, em duas intencionalidades. A primeira é expandir a leitura sobre o movimento LGBTQIAP+ brasileiro que vem sendo feita por diferentes áreas das ciências humanas, sobretudo, pela história, sociologia e ciências sociais, atribuindo também a esse movimento uma leitura essencialmente geográfica amparada pela abordagem socioespacial e

socioterritorial que potencializa a compreensão que se tem sobre dadas organizações. A segunda intencionalidade está presente na mensagem desse trabalho e nos tempos de obscurantismo, negacionismo, ataque à diversidade, seja ela qual for, e da violência imposta e direcionada a diferentes corpos a partir de recortes como: gênero, classe, raça, etnia e sexualidade.

O artigo é resultado de três anos de pesquisas, participação e trocas com os diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais, sobretudo, o movimento LGBTQIAP+ de Presidente Prudente – SP que nos trouxe enormes contribuições e possibilitou que essa pesquisa fosse realizada para além dos muros da universidade.

Rompemos, por assim dizer, essa barreira entre pesquisador e objeto. Esse fato em hipótese alguma desqualifica e invalida a construção de qualquer pesquisa, pelo contrário, nos aproxima cada vez mais do fenômeno e torna tácito aquilo que não é possível enxergar ou ouvir.

Construir uma compreensão em torno da constituição, existência, continuidade e disruptividade dos Territórios da Morte, do Medo e Resistência LGBTQIAP+ é o nosso principal objetivo, pretendemos evidenciar a existência destes territórios, bem como explorar a existência de cada um deles a partir de um olhar geográfico adotando como suporte a abordagem socioespacial e socioterritorial (FERNANDES, 2012). Apresentaremos como produto final das três variáveis trabalhadas durante os dois anos da pesquisa o mapa síntese “Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+”, um resultado inovador e que provocou inúmeras discussões dentro e fora dos grupos de pesquisa que estamos inseridos.

A necessidade contida na busca por explicitar a existência de relações dentro das ciências sociais, sobretudo, da pesquisa crítica é inevitável, a partir da relação de um elemento A com um elemento B surge um produto, assim o pesquisador utilizará o método científico e os procedimentos e etapas metodológicas para desvendar, descobrir, ler e interpretar um conjunto de interações lidas aqui como relações, isto é, quais são as relações existentes entre a violência direcionada a LGBTQIAP+ brasileiros e as manifestações como paradas da diversidade, debates e discussões/desconstruções?

Uma outra consideração importante acerca da pesquisa social é que o fenômeno ou objeto estudado deve ser algo perceptível, classificável e sensível, dessa forma quando buscamos compreender os elementos simbólicos, subjetivos e representativos contidos na Parada LGBTQIAP+, por exemplo, partimos da experiência e experimentação de diferentes sujeitos que vivenciaram e ainda vivenciam a construção e o convívio em espaços como esse.

Além da adoção de uma abordagem qualitativa para construir uma pesquisa social, bem como geográfica, podemos utilizar a perspectiva da pesquisa social crítica através da investigação de um fenômeno particular reconhecendo e atribuindo valor a sua história, ao seu desenvolvimento e ao produto que investigamos, fruto, portanto, de um processo

acumulativo, antagônico e dialético, dessa forma, “o propósito deste estudo não é apenas registrar mudanças em sua aparência ou essência, mas revelar a natureza dinâmica da relação entre a aparência e a essência do fenômeno” (RICHARDSON, 1999, p. 92).

Partimos de uma leitura crítica e dialética, tendo como foco investigar os territórios da violência, bem como a construção das resistências promovidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero no Brasil. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico em torno da temática da diversidade, construímos um banco de dados da violência utilizando os dados públicos do Grupo Gay da Bahia (GGB), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Grupo Dignidade e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (módulo LGBT), por fim, realizamos o processo de mapeamento utilizando as três variáveis já explicitadas.

Optamos por dividir o trabalho em duas grandes seções. A primeira seção intitulada “movimento LGBTQIAP+ brasileiro: escalas de luta, ação e representação” trará alguns apontamentos acerca da história do movimento no Brasil, além de demonstrar como esse movimento está essencialmente ligado à luta pela liberdade e pela transformação da realidade. A segunda seção intitulada “Territórios do Medo, da Morte e de Resistência LGBTQIAP+”, que apresentará as discussões alcançadas a partir da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – N° 2018/14080-0) que foi construída entre os anos de 2018 e 2021.

Procedimentos metodológicos

A etapa metodológica que envolve o mapeamento do conjunto de informações e dados agrupados dentro do banco de dados da violência e das ações e manifestações realizadas pelo movimento LGBTQIAP+, criado durante a pesquisa desenvolvida, possibilitou uma interpretação mais aguçada da realidade desses sujeitos, seja com relação à violência explícita expressa em assassinatos brutais, seja através da violência institucional expressa no desrespeito ao nome social e direitos básicos. Todas essas violências materializadas no cotidiano da população LGBTQIAP+ brasileira.

Além da violência explícita, neste artigo apresentamos um conjunto de ações e manifestações realizadas por movimentos, coletivos e sujeitos organizados e não organizados. Essa representação se dará através do mapeamento das ações e paradas realizadas entre 2006 e 2019, entendidos como Territórios de Resistência.

O mapeamento faz parte de um processo de construção longo e desafiador. É importante lembrar que mapear ou representar algum dado espacialmente, não se configura como um procedimento simples, já que em diferentes momentos nos chocamos com dados

incompletos, com a subnotificação e a generalização que acaba por prejudicar a representação, mas sabemos que toda representação provoca generalização.

Realizamos inicialmente a coleta das informações, alimentamos o banco de dados utilizando o *EXCEL*®, realizamos a separação dos dados geograficamente referenciados e dos dados relacionados ao que pretendemos representar cartograficamente.

Posteriormente a esse procedimento, realizamos a utilização do software de cartomática *PHILCARTO*®, aplicamos a planilha em *EXCEL*® e reproduzimos cartograficamente os dados contidos na planilha. Por fim, o mapa é salvo no formato Adobe Illustrator® (AI). Nesse software de edição realizamos o processo de criação de legenda, titulação do mapa e o salvamento em formatos como (JPEG, PNG), entre outros formatos resultando, por fim, no mapa apresentado.

Para fomentar o debate teórico-conceitual e aprofundamento de alguns conceitos, realizamos uma revisão bibliográfica em torno dos temas que cingem a diversidade sexual e de gênero no Brasil. Os temas centrais foram: Movimentos Sociais, Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais, LGBTQIAP+, Diversidade Sexual, Diversidade de Gênero, Movimento LGBTQIAP+ organizado, Violência contra LGBTQIAP+, Território, Territorialidade, Espaço, Espacialidade e Rede. A revisão bibliográfica foi realizada através da pesquisa nas plataformas Minerva, Capes, Scielo, Athena, Google Acadêmico, Revistas Virtuais e Biblioteca Digital da USP e Biblioteca Digital da Unicamp.

Movimento LGBTQIAP+ brasileiro: escalas de luta, ação e representação

No creo que haya células que sean masculinas o femininas, puesto que “masculino” y “feminino” son conceptos bioopolíticos – Beatriz Preciado, 2006.

O ponto inicial para introduzirmos a diversidade sexual e de gênero é compreender como se dão as relações patriarcais e heterossexistas que constroem modelos ou normativas do que é ser homem ou mulher. Essa construção se dá a partir de um interesse centralizado na busca pela produção e reprodução da vida social da forma como ela está organizada, assim, homens e mulheres são seres sociais, construídos socialmente a partir de influências e interações diretas e indiretas, constantes e, em muitos momentos, opressora e repressiva. Dessa forma, findam-se os papéis de gênero aceitos socialmente a partir da heteronormatividade e do heterossexismo, colocando à margem as outras sexualidades lidas como desviantes e dissidentes.

As determinações patriarcais e heterossexistas foram construídas desde as organizações mais simples da sociedade até as mais complexas, sendo hoje reforçada por discursos naturalistas que acabam por oprimir e violar. Contudo, com o desenvolvimento e as

transformações frutos da tecnologia e da mudança na forma de produzir, esse contexto é legitimado a partir de um maior controle sobre os papéis de gênero, isto é, do que é ser homem ou mulher (NOGUEIRA, 2018).

Podemos destacar a partir de Marglin (1980), Hirata (1995; 2010; 2015), Hirata e Kergoat (2007) e Saffioti (1976; 2005), que a divisão social e sexual do trabalho pode ser entendida como estruturas marcantes de dada imposição, ocorrendo a diferenciação e atribuição de atividades específicas para homens e mulheres, imposição construída a partir de valores e parâmetros socialmente referenciados.

Dessa forma, a sexualidade humana passa a ser fundada socialmente, assim, pode-se partir de uma discussão acerca das imposições sexuais e de gênero direcionadas às pessoas, bem como as respostas que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, coletivos e sujeitos organizados, constroem nesse contexto dialético. É possível observar a existência de um atraso e um abismo entre os papéis exercidos por homens e mulheres em que estas últimas sofrem diretamente uma imposição social desigual, o patriarcado.

A heterossexualidade dentro do patriarcado é imposta para os homens e para as mulheres, ela é tida como uma norma a ser seguida, se o patriarcado regula e sustenta um sistema de dominação de homens sobre mulheres, o heterossexismo cria, ao mesmo tempo que impõe, um universo onde todos os sujeitos são ou pelo menos deveriam ser heterossexuais é, portanto, um padrão com normativas sexuais que avalia e regula outras expressões de sexualidade. Como bem postula Borrillo (2010) é a constituição de uma crença na existência de uma hierarquia em relação às outras sexualidades, a heterossexualidade ocuparia o topo da pirâmide.

A construção das sexualidades nos moldes da heteronormatividade se dá a partir de um antagonismo em que o homem é exatamente o oposto da mulher, em que o heterossexual é o contrário de homossexual e assim por diante, dessa forma, alguns valores contidos em algumas expressões sexuais e de gênero são supervalorizados enquanto outras menosprezadas. Com isso, a construção do ser homem é permeada pelo reforço de uma “virilidade”, “demonstração de força, impossibilidade de demonstrar fraquezas e vulnerabilidades, contenção de sentimentos, etc.” (NOGUEIRA, 2018, p. 38).

A geografia brasileira vem se esforçando para discutir temas que giram em torno das diversidades existentes na esfera do gênero e da sexualidade. Assim, Silva (2008), Silva e Ferreira (2017), Costa (2007; 2012) e Ornat (2008) entendem a heteronormatividade e a cisnormatividade como imposições que naturalizam e tornam obrigatória a sexualidade vivida a partir dos seus ditames e regras, tudo que foge do padrão e da norma é violentado ou violado de diferentes maneiras e intensidades.

A LGBTfobia surge a partir da expressão de relações sexuais e afetivas que fogem do padrão heteronormativo, bem como da cisgeneridade, essas formas de se assumir, bem

como a construção de suas territorialidades revela uma outra possibilidade ao mesmo tempo que questiona o padrão imposto. As “bixas” saem dos armários, alcançam e constroem espaços antes impenetráveis, abalam o sistema vigente e rompem barreiras, se descobrem e se libertam.

O Movimento LGBTQIAP+ brasileiro, se colocou como importante sujeito na luta pelos direitos individuais, da sexualidade, de gênero, da liberdade e dos Direitos Humanos. Portanto, compreender como se deu o seu surgimento e quais as etapas que culminaram na sua criação é, sem dúvida alguma, um passo importante para chegarmos próximo daquilo que nos propomos a executar, isto é, evidenciar a existência dos territórios de resistência em contraposição às violências.

Os (as) autores (a) como Paris (2015), Ortolano (2012; 2013; 2015), Vieira e Costa (2014), Lacerda (2012), Fernandes (2018), Mota (2017), Maia (2012), Santos (2018), Dutra (2013), Camarotti (2009), Coletto (2013), Conde (2003), Facchini (2000; 2003; 2018), Freire (2014), Molina (2011), Nogueira (2018) e Vianna (2015), Souza e Feliciano (2019; 2020) levantados, foram essenciais para a leitura em torno da história do Movimento LGBTQIAP+ brasileiro, bem como para a construção de uma compreensão geográfica e escalar desse movimento, já que demonstram através de diferentes perspectivas e leituras, as passagens realizadas pelo movimento durante o seu processo de construção histórica e territorial.

Para uma melhor compreensão do texto, adotamos a sigla LGBTQIAP+ significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexos, Assexuais/Arromânticas/Agênero e Pansexual, que designa um coletivo de sujeitos genericamente concentrados dentro da categoria maior diversidade sexual e de gênero.

Quando realizamos reflexões em torno da população LGBTQIAP+ devemos nos atentar para o tempo histórico e suas implicações. O movimento passou e passa por diferentes transformações de caráter econômico, social e cultural, ou seja, quando analisamos o movimento da década de 1970 realizamos uma leitura A, hoje essa leitura é parcialmente heterogênea, as escalas geográficas de atuação do movimento são outras, bem como sua capacidade de atuar em redes mais dinâmicas e capilarizadas (SOUZA; FELICIANO, 2020).

Como aponta Facchini e Rodrigues (2018), a categoria “homossexual” é muito recente, ela surge e integra os próprios processos de consolidação da sociedade e é utilizada para designar pessoas que mantinham relações sexuais e afetivas com outras do mesmo sexo é, portanto, uma forma de criar uma categoria para designar um determinado comportamento e prática social. Vale lembrar, que o processo de consolidação da categoria homossexual surge a partir da imposição de termos legais e médicos que reforçam a prática e a compreendem como algo ruim, desviante e que corrompe os padrões existentes (heterossexualidade, binariedade e monogamia).

Os primeiros estudiosos a trabalharem com temas em torno da homossexualidade devem ser reconhecidos além de terem seus trabalhos avaliados no contexto atual, já que de certa forma abriram caminho para novas leituras e possibilidades. Grande parte desses intelectuais apresentaram-se como defensores dos direitos humanos e militantes socialistas como o inglês Edward Carpenter e o alemão Magnus Hirschfeld, assim, “não podemos subestimar a importância dos discursos médico e legal para a constituição da “condição homossexual”, como mostra o clássico exemplo do julgamento de Oscar Wilde” (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 232).

As leituras impostas pelos impedimentos legais sobre a homossexualidade tornaram-se um elemento importante para a construção da categoria homossexual denotando, principalmente, um comportamento, modo de ser, de pensar, de sentir, de viver, de se expressar. A construção dos saberes científicos sobre a homossexualidade potencializou o seu entendimento não como prática efetiva, mas como uma possível leitura dessas práticas ajudando a criar uma nova identidade entre as pessoas que se orientavam dessa forma.

As esferas de sociabilidade nascem a partir da tentativa de tornar o corpo homossexual doente, desviante e anormal, esses sujeitos provocam uma atitude reversa e passam então a se identificar de fato como homossexuais e a valorizar suas práticas e comportamentos, criando e fortalecendo laços, assim, “antes que houvesse um movimento homossexual organizado, desenvolveram-se redes de sociabilidade” (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 233).

As bibliografias retratam o nascimento do movimento homossexual no final da década de 1940, com a primeira organização construída para produzir uma outra leitura da homossexualidade, compreendido como COC (*Center For Culture and Recreation*), que tinha como principal objetivo investir na promoção de sociabilidade e numa tentativa inicial de fomentar a tolerância para com os homossexuais.

Na mesma década nascia no mesmo sentido e promoção, o *Mattachine Society*, grupo clandestino que como lideranças alguns articuladores da esquerda socialista estadunidense, também ligado ao *Mattachine* nascia na década de 1950 o *Daughters of Bilitis*, especificamente direcionada às lésbicas.

O surgimento do movimento homossexual brasileiro é marcado pelo endurecimento da ditadura militar, pela imposição de um comportamento, pela ausência de liberdade, entre outros elementos fundamentais para o desenvolvimento social e, sobretudo, para os direitos humanos. É, portanto, nesse contexto que nasce o movimento homossexual brasileiro, mas não somente ele, nasce também um movimento estudantil combativo e rebelde que atuava na ilegalidade e que foi duramente reprimido pela ditadura militar nas duas décadas seguintes, diferentes outros grupos de esquerda também lutavam por espaços livres e mais

democráticos, assim combatiam a ditadura inspirados, principalmente, nas correntes marxistas existentes na época.

É, portanto, nesse momento de efervescência política, cultural e social, que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se diversificam e passam a disputar territórios e espaços.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (FERNANDES, 2005, p. 271).

O conceito de espaço e território adotado para construirmos a nossa síntese, está fundamentado na concepção construída por Fernandes (2012) que entende o espaço como parte da realidade e, portanto, multidimensional exercendo uma composicionalidade, completude, interação e conflitualidade. Vale lembrar que o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços produzidos pelas relações estabelecidas entre os sujeitos. O território por sua vez, é definido como um sistema de ações e sistema de objetos, os territórios se movimentam, se transformam e se fixam sobre o espaço geográfico, as relações e as conflitualidades estabelecidas de acordo com as intencionalidades dos sujeitos, posicionam o espaço como um a priori e o território a posteriori, como aponta Fernandes (2012), o espaço é perene e o território intermitente.

Aproximadamente em 1970, o movimento feminista também ganha espaço e visibilidade e na segunda metade da década de 1970 surgem o movimento negro contemporâneo, o Movimento Negro Unificado e o Movimento Homossexual representado pelo Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual localizado em São Paulo – SP.

Esse projeto de politização é uma proposta de saída do gueto, espaço que representava muito mais uma esfera de sociabilidade, convivência, criação de símbolos, do que um espaço propriamente político. Politizar temas como sexualidade, homossexualidade, corpo, direitos humanos, sobretudo, e a partir do olhar da diversidade foi um passo importante de construção e empoderamento dessas pautas, além de potencializar a partir de suas ações um processo de espacialização/territorialização dessas identidades.

O grupo Somos foi o primeiro grupo brasileiro que construiu debates politizados em torno da homossexualidade. O Somos foi construído num momento marcado pelo crescimento de movimentos socioespaciais e socioterritoriais diversos, principalmente, movimentos que tinham como pauta central a luta contra a ditadura militar e a ascensão do novo sindicalismo, naquele momento as tipologias de ações construídas pelos movimentos se davam, sobretudo,

a partir das manifestação política urbana materializadas em passeatas e atos em espaços urbanos que possuíam considerável visibilidade.

O nascimento do Grupo Somos é marcado por uma polarização entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias”, momento importante para se compreender o comportamento do movimento nos anos seguintes. No primeiro momento, o Somos era frequentado exclusivamente por homens, o que evidenciava um caráter seletivo e machista por parte dos militantes da época, posteriormente, passa a ser frequentado também por mulheres que se organizavam em um grupo separado, o Grupo Lésbico-Feminista.

Os militantes do grupo Somos sofriam uma forte influência da contracultura existente na época e do espírito contestatório que colocava o movimento em evidência, sobretudo, por estarem marcados por um contexto de repressão e violência (das mais diferentes formas), assim, acreditavam que a mudança viria através de uma transformação social e cultural e seu movimento se daria pelas margens.

Além do grupo Somos, surgiam outros movimentos de importante projeção e representatividade sendo as principais demandas desses movimentos pautas que carregam até hoje: luta contra a violência e a discriminação direcionada a homossexuais, luta pelo casamento homossexual, pelo tratamento digno na mídia, por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais.

Esse momento de euforia e projeção do movimento homossexual se encerra antes dos anos 1982 com uma redução significativa no número de movimentos e no número de ativistas existentes, além da mudança de contingente o comportamento político de muitos grupos também se altera.

É necessário compreender o que estava acontecendo naquele momento para causar tamanho impacto no movimento homossexual brasileiro, vários fatores podem ser elencados como importantes para essa redução física: o surgimento da epidemia da Aids e o seu forte poder de desconstrução e desmobilização e o direcionamento da força dos movimentos para a luta contra a epidemia; o fim do jornal *Lampião da Esquina* que se apresentava como um dos principais articuladores do movimento e o novo contexto marcado pela abertura política e pela democracia que cobrava dos militantes uma nova postura e a construção de um novo ideário.

Assim, o fim da ditadura representou também mudanças substanciais na organização política e social dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, refletindo também no movimento homossexual:

Ao contrário, o fim da ditadura acenava com a abertura de canais de comunicação com o Estado, embora, com relação ao movimento homossexual, tais canais só tenham surgido quando se compreendeu que a epidemia do HIV era um problema de saúde pública e não somente de

“grupos de risco”. Em tempos de Aids, vista como “câncer gay”, não se tratava de afirmar a necessidade de “abrir abcessos” e de gerar “cânceres” no corpo social (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 239).

Dessa forma, a partir dos anos 1980, ocorre uma mudança geográfica no eixo de atuação do movimento homossexual brasileiro, os movimentos saem do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e se direcionam para o eixo Rio de Janeiro – Nordeste e novos sujeitos assumem um papel marcante perante a esse novo contexto, João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott.

Assim, a atuação desses novos quadros demonstra uma forma de atuar diferente da existente anteriormente, ou seja, apresenta um menor envolvimento com projetos de transformação social e o direcionamento de ações mais específicas e pragmáticas, dirigidas, principalmente, para a garantia dos direitos civis e luta contra a violência direcionada aos homossexuais.

Essa nova postura do movimento homossexual é lida em alguns momentos por ter uma menor resistência a institucionalidade, mas claro que não se limita somente a esse comportamento, é preciso lembrar que a partir de 1990 o número de grupos e organizações volta a crescer e se espacializar por todo o país, há também uma mudança no formato de atuações e uma diversificação de organizações atuantes, principalmente, pela via institucional. Além da mudança da postura do movimento, ocorre a ampliação da rede de relações e formatos de atuação, a mídia, agências estatais, parlamentares e o mercado especializado são elementos novos dessa conjuntura.

Em 1995, as instituições, movimentos e coletivos passam a atuar num formato mais claro de redes, encontros e articulações, potencializando os debates em torno da sexualidade e da vida desses sujeitos, a exemplo se tem a fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), o Senale (Seminário Nacional de Lésbicas), LGL (Liga Brasileira de Lésbicas), ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam em luta contra a Aids) e a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Além da mudança no formato da ação do Movimento Homossexual, é necessário acompanhar as mudanças nas categorias de referência, entendendo essas mudanças como uma representação política. Dessa forma, durante a história e construção do movimento homossexual foram utilizadas diferentes nomenclaturas para designar a representação desses sujeitos e a coletividade do movimento. Assim, em 1993, o movimento aparece descrito como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas), após 1995, aparece como GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) e, depois, em 1999, passa a utilizar GLBT ou LGBT a partir da intencionalidade e das “hierarquizações” existentes no cerne dos movimentos. Como aponta Facchini e Rodrigues (2018) em 2005 o XIII Encontro Nacional aprova o uso GLBT, incluindo

oficialmente o B de bissexuais e convencionando o T como travestis, transexuais e transgêneros.

Além da designação do sujeito presente no movimento e dos acordos coletivos, surgem também outras formas de ação e trabalho, entre elas a visibilidade massiva, a incidência política e as Paradas do Orgulho LGBT e as manifestações similares, como: encontros, marchas, seminários, fóruns, mesas, rodas de conversa, etc.

As políticas públicas criadas nos anos dois mil são marcos importantes de combate à discriminação, ao preconceito e o respeito aos direitos humanos e direitos básicos aos cidadãos, assim, as gestões de Lula são marcos representativos para a luta LGBTQIAP+.

Lula constrói políticas que são compreendidas como medidas de cidadanização da homossexualidade, a partir da participação desses sujeitos em editais que focalizaram à promoção de direitos. As políticas que representam um grande avanço nesse sentido são: Programa Brasil Sem Homofobia em 2004, I Conferência LGBT em 2008, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs em 2009 e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Os avanços não param por aí, se espacializam em diferentes escalas e contribuem para o crescimento dessa visibilidade e construção da cidadanização desses sujeitos, assim, a partir de 2004 as melhorias ganham tonalidade no executivo, governos estaduais, prefeituras e judiciário, tendo como marco a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo gênero em 2011.

Os processos políticos são históricos e contraditórios, Facchini e Rodrigues (2018) são certos quando realizam uma leitura política e histórica desses processos que culminaram na criação de políticas para a população LGBTQIAP+ e, ao mesmo tempo representaram a ascensão de uma ala extremamente conservadora que penetrou nas vias institucionais (bancada evangélica) e conquistou espaço político e cultural, culminando no recrudescimento de políticas e interrompendo a expansão da ala progressista, sobretudo, em âmbito legislativo.

A visibilidade que o Movimento ganha no século XXI, atrai também sujeitos, principalmente, políticos, de campos conservadores, que ganham apoio de uma grande parcela da sociedade, chegando até as vias institucionais com pautas especificamente anti-LGBTs.

Essa mudança provocada pela institucionalização dos movimentos e pelo cooptação de sujeitos aos formatos institucionais, provoca, também, uma rigidez, que limita as atuações desses sujeitos que agora se veem atrelados ao Estado. Esse processo, então, transforma ativistas em especialistas na atuação mais voltada para o meio acadêmico, criando perfis muito específicos que passam a ser valorizados como uma forma de atuação ou ativismo.

Um dos debates mais polêmicos em torno das lutas pautadas por movimentos como: feministas, LGBTQIAP+, antirracistas, ambientalistas, etc. É o de que esses movimentos estariam propondo ou realizando uma fragmentação que prejudica a luta maior, isto é, a luta de classes. Diante do exposto, podemos identificar uma outra leitura, uma outra possibilidade.

Os movimentos sociais pautados na luta contra o racismo, o heterossexismo, o sexismo e a xenofobia não podem ser vistos como fragmentadores da possibilidade de reivindicação por justiça, mas devem ser considerados como aliados à luta de classe. Para ela, é socialmente contraproducente alegar que esses movimentos retiram o foco central da luta contra o capital, em função de uma pretensa fragmentação reivindicatória (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 24).

Assim, é necessário que façamos uma leitura geográfica do surgimento do Movimento LGBTQIAP+ brasileiro seja na cidade ou no campo, bem como busquemos também de forma ininterrupta compreender o que os motiva e o que faz com que construam territórios de resistência.

O momento de construção dos espaços de sociabilidade e comunicação de uma linguagem possivelmente coletiva, bem como simbólica, estava a ser construída dentro dos guetos. A Parada LGBT é um ponto de encontro de todos esses sujeitos políticos, o gueto se sobressai, ganha símbolo, força e cor, dessa forma, as Paradas constituem-se como ação e organização coletiva, tendo como símbolo maior LGBTQIAP+ organizados espacialmente.

Entendemos, por assim dizer, que o movimento LGBTQIAP+ deve ser lido e compreendido a partir de suas especificidades, já que um movimento LGBTQIAP+ pode ser socioespacial ou socioterritorial dependendo da intencionalidade e do trunfo de determinados movimentos.

É possível identificar no atual contexto o surgimento de coletivos LGBTQIAP+ dentro de movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entendemos que esse coletivo é essencialmente socioterritorial, no entanto, se analisarmos um movimento de LGBTQIAP+ que saem às ruas reivindicando liberdades individuais entenderemos que se trata essencialmente de um movimento socioespacial, os conceitos de espaço e território são analisados à luz dos processos geográficos que envolvem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero no Brasil.

Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+

O mapa síntese “Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+” representa um avanço significativo na compreensão das mortes e processos de violação, bem como no surgimento, permanência e continuidade das resistências dos sujeitos sociais que

surgem para enfrentar e combater as práticas de violência gerando territórios do medo e da morte. Vamos apresentar alguns elementos mais significativos do mapa e também lançar algumas questões que estão contidas na esfera metodológica da pesquisa.

Ressaltamos três pontos principais que facilitarão a leitura e interpretação do mapa que tentamos tornar o mais didático e polido possível. 1) O que entendemos por Territórios da Morte, do Medo e de Resistência? 2) Eles estabelecem um diálogo, quais são as aproximações entre estes territórios? 3) Utilização dos dados absolutos.

Utilizamos Territórios da Morte para designar práticas criminosas cometidas contra pessoas LGBTQIAP+ ou que não performam um padrão de feminilidade e masculinidade contidos na lógica binária e heteronormativa e, por não performarem ou se comportarem à margem desse padrão são assassinadas e violentadas.

Entendemos que a pergunta central é a seguinte: por que utilizamos Territórios da Morte? Os motivos são vários e de alguma forma direta ou indiretamente eles se interseccionam ou fazem parte do que Filho (2016) entende como reciprocidades constitutivas, isto é, a capacidade de ser isto e aquilo ao mesmo tempo (ser travesti e preta por exemplo), ou então do nó górdio cunhado por Saffioti (2013).

O primeiro dado que nos faz pensar em um Território do Medo e Morte está contido nos dados de violência contra a população LGBTQIAP+ divulgados anualmente pelo Grupo Gay da Bahia, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, dados que giram em torno das mortes e violação de Direitos Humanos contra pessoas LGBTQIAP+.

A segunda informação que nos faz pensar em uma terminologia como essa, é a existência de uma narrativa construída pelos movimentos que lutam contra todo esse processo de violência e morte. Os movimentos já intitulavam na década de 90 a existência desses crimes motivados pelo ódio ao que se entendia como subversivo e dissidente, assim, nós enquanto geógrafos e enquanto pesquisadores, podemos refletir para além de uma leitura simplesmente discursiva, sim, os crimes de ódio existem, mas eles acontecem e se materializam em determinados territórios e em outros não, existem alguns trabalhos que evidenciam esse processo como: Serra (2019), Ortolano (2015), Cabral (2015), Cesar e Duarte (2017), Silva (2008).

Um exemplo emblemático e que facilita a compreensão do que queremos dizer, são os casos de travestis assassinadas em via pública: 1) que se trata de um território utilizado pela prostituição ocupado, principalmente, por travestis, 2) esses territórios são reconhecidos pelos militantes/ativistas, pela mídia e pelos sujeitos que dele fazem parte como perigosos e violentos. Assim, o que faz desse território, um território da morte, é o fato de que pessoas são mortas e assassinadas cotidianamente simplesmente por ocuparem uma fração do espaço que não deveriam ocupar, dadas as normas existentes a partir de uma leitura

tradicional, que simbolicamente indicam que não deveria ser ocupado por aquele corpo que carrega um pênis e um seio siliconado ao mesmo tempo.

O que diferencia um Território da Morte de um Território do Medo? Os tipos de violência. No Território da Morte as/os LGBTQIAP+ são mortos, assassinados, têm seus órgãos genitais decepados, são mortos com facadas, pauladas, carbonizadas, tiros, espancamento, etc. Já nos territórios do medo, temos um processo de violação dos direitos, ou seja, o/a LGBTQIAP+ sofre uma violência física, psicológica, patrimonial, moral, entre outras. Nos Territórios da Morte a violência é explícita e tem como objetivo fim o aniquilamento de determinados sujeitos, nos Territórios do Medo o processo pode não ser explícito, entretanto, influência nas espacialidades e territorialidades de pessoas LGBTQIAP+ que passam a não frequentar determinados espaços e territórios, passando a ocupar um lugar restrito e limitado.

Eles estabelecem um diálogo, quais são as aproximações entre estes territórios? A possibilidade de cruzarmos essas três informações é real, primeiro porque elas estabelecem um diálogo entre si, sobretudo, os dados relacionados aos crimes de ódio e denúncias feitas pelo Disque 100, ambas retratam um processo de violência e violação de direitos básicos, a diferença está na tipologia da violência. Ex: uma travesti é morta com 30 - Crimes de ódio/Território da Morte. Outro exemplo: um estudante é constantemente humilhado pelos professores na universidade por ser homossexual – Território do Medo.

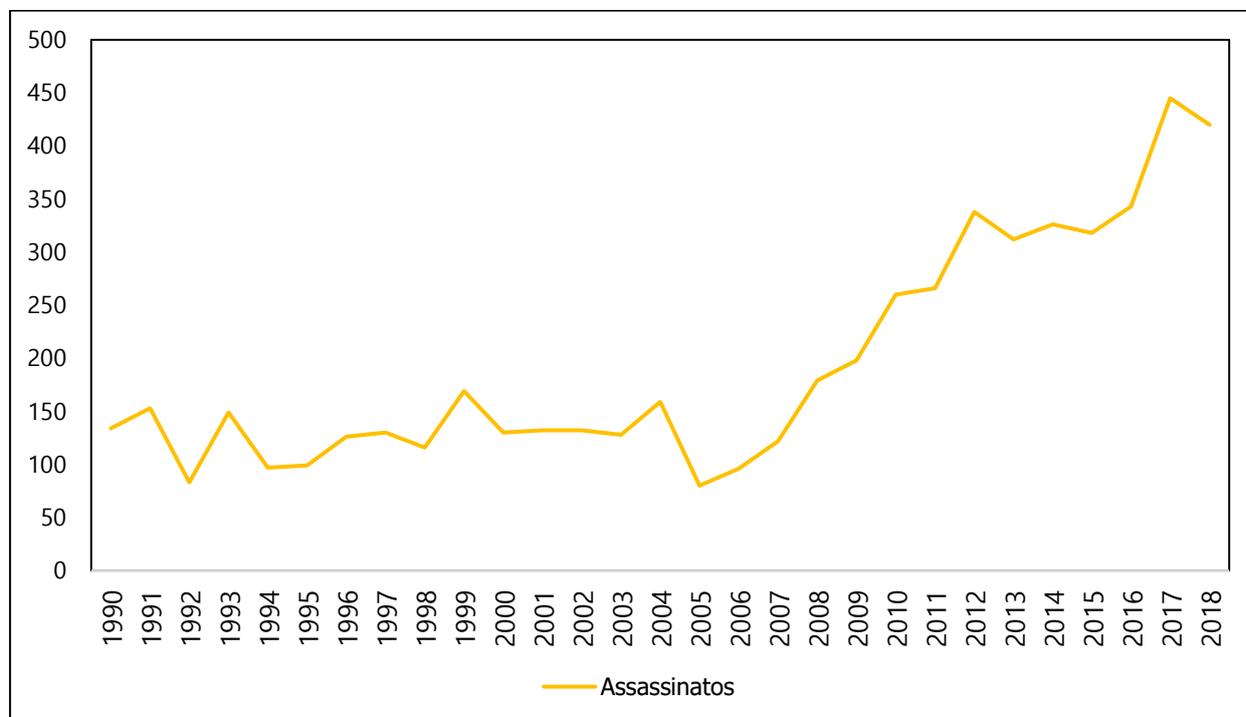
Os dados são diferentes, mas se interseccionam. Quando pensamos nas Paradas e ações congêneres (mesas, marchas, rodas de discussão, passeatas, carreatas, entre outros) falamos de uma categoria que só surge em resposta as duas anteriores, isto é, a violência, aos processos de violação, entre outras questões que LGBTQIAP+ sofrem cotidianamente.

Entretanto, temos um problema, o primeiro deles é a ausência das informações e dados, vale lembrar que o STF equiparou a "homofobia" ao crime de racismo (7.716/1989) em 2019, isso interfere diretamente na existência dos dados. Assim, tivemos que realizar um trabalho minucioso, ano a ano, desde 1980 a partir dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia para entender a espacialização desses crimes no Brasil. O segundo passo foi identificar que a ausência da informação não necessariamente faz desses territórios menos violentos, já que a subnotificação é algo muito comum no trabalho desses dados.

O gráfico 1, concentra o número de assassinatos de LGBTQIAP+ de 1990 a 2018. No primeiro momento de observação, torna-se explícito um processo de crescimento no número de crimes. No ano de 1990, foram mortos no Brasil 164 LGBTQIAP+, vinte anos depois, em 2010, foram mortos 260 LGBTQIAP+ no Brasil, um aumento de aproximadamente 63% no número de crimes. No entanto, o maior número de assassinatos registrado foi no ano de 2017, documentadas 445 mortes de LGBTQIAP no Brasil, segundo o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (2018). É inegável a existência da violência contra essa comunidade. Ao mesmo

tempo, destacamos que essa violência não é qualquer violência, é uma violência que mata, fere e brutaliza esses corpos, expondo-os ao ridículo e a extremos processos de exclusão.

Gráfico 1: Número de Assassinatos de LGBTs por ano (1990 a 2018).



Fonte: Grupo Gay da Bahia (2020). Org: O autor (2020).

A espacialização da violência, isto é, a materialização da violência no espaço, é para a geografia um importante dado, já que a concepção de violência sempre está ligada a um território que possivelmente tem como estrutura básica a desigualdade, a violação, o estigma e, até mesmo, a subalternidade dos sujeitos que sofrem diferentes processos de violência e violação (LEITE; ZANETTI; TONIOLO, 2020).

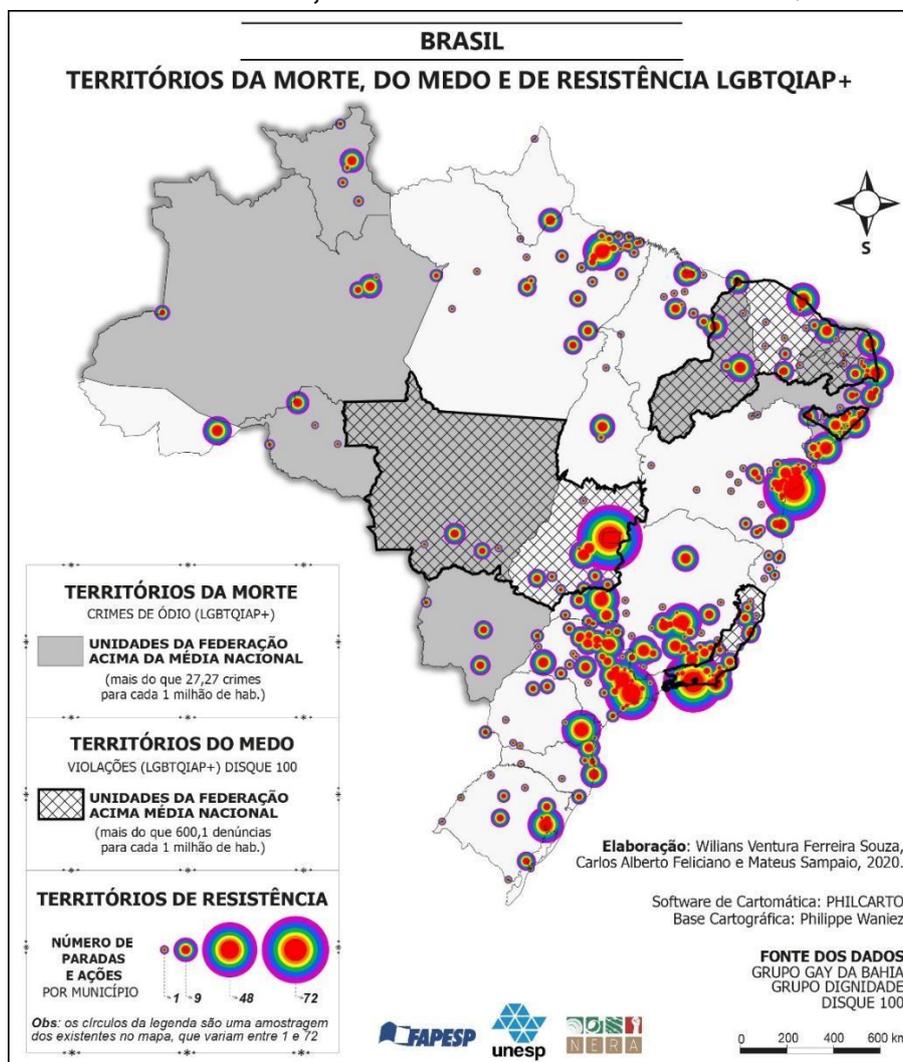
A análise dos dados relacionados ao número de crimes e denúncias feitas por pessoas LGBTQIAP+ que sofreram algum tipo de violação, é justificada a partir do que Fernandes (2012, p. 11) traz ao dizer que “no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos”.

A leitura, análise e a criação de mapas e gráficos, tem por objetivo enriquecer esse trabalho na busca pela compreensão dos processos geográficos relacionados à população LGBTQIAP+; identificar onde a violência acontece, nos faz compreender melhor os processos geográficos, os espaços de disputa, os territórios e territorialidades, assim como nos leva, de fato, para uma análise geográfica da violência e do surgimento de movimentos contra-hegemônicos e contra-heteronormativos, através da identificação dos movimentos existentes

POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+ NO BRASIL

que lutam contra essa violência imposta aos corpos LGBTQIAP+, fazendo com que suas vidas tenham menor valor.

Mapa 1: Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil.



Fonte: Grupo Gay Bahia; disque 100; Grupo Dignidade (2020). Org: O autor (2020).

Os Territórios da Morte concentram o número de crimes de ódio cometidos entre os anos de 2000 a 2019 e está representado pela cor cinza a partir de um valor relativo (número de crimes/população x 1 milhão). Os Estados mais violentos se concentram, sobretudo, na porção Oeste (Norte e Centro-Oeste) do país e também na região Nordeste, compondo esse contexto: Alagoas com 198 crimes e 59,26 crimes de ódio para cada 1 M, seguido do Amazonas com 212 crimes de ódio e 53,82 crimes para cada 1M, Paraíba com 159 crimes e 40,02 crimes para cada 1 M, seguido de Rondônia com 71 crimes de ódio e 40,15 crimes para 1M, Mato Grosso do Sul com 103 crimes e 38,84 crimes para cada 1M, Mato Grosso com 122 crimes e 37,29 crimes para cada 1M, Pernambuco com 343 crimes e 36,70 crimes para

cada 1M, Roraima com 18 crimes e 35,59 crimes para cada 1M, Sergipe com 79 crimes e 35,22 crimes para cada 1M e, por fim, Piauí com 94 crimes e 29,33 crimes para cada 1M.

Os Territórios do Medo estão representados pelo número de denúncias de práticas de violência (violência física, psicológica, moral, patrimonial, etc.) realizadas entre 2011 e 2017 no Brasil. Dessa forma, o Distrito Federal aparece como o mais violento com 517 denúncias e 201 para cada 100 mil habitantes, seguido do Piauí com 388 denúncias e 124 para cada 100 mil habitantes, Paraíba com 358 denúncias e 95,04 para cada 100 mil habitantes, Rio Grande do Norte com 250 denúncias e 78,91 para cada 100 mil habitantes, Espírito Santo com 263 denúncias e 74,82 para cada 100 mil habitantes, Alagoas com 209 denúncias e 66,97 denúncias para cada 100 mil, Mato Grosso 202 denúncias e 66,55 denúncias para cada 100 mil, Ceará 556 denúncias e 65,78 denúncias para cada 100 mil, Rio de Janeiro com 1013 denúncias e 63,35 denúncias para cada 100 mil habitantes e, por fim, Goiás com 377 denúncias e 62,79 denúncias para cada 100 mil habitantes.

Os Territórios de Resistência se constituem a partir das ações realizadas pelos sujeitos sociais de combate ao preconceito, a violência e a todas as intempéries provocadas pelo sistema vigente. Dessa forma, é possível observar uma ampla espacialização, sobretudo, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Brasília aparece como a maior promotora de eventos dessa natureza com 72 ações, seguido de Salvador com 65 ações, Rio de Janeiro com 61 ações, São Paulo com 48 ações, Campinas com 30 ações, etc.

Por se tratar de um mapa síntese tivemos que representar ou optamos por representar os extremos, aquilo que mais nos chama atenção no cruzamento dessas três variáveis (Número de Paradas e Ações Congêneres + Número de Crimes de ódio/1 milhão de habitantes + Número de Denúncias/100 mil habitantes). São três informações diferentes, mas que estabelecem a construção de um diálogo. Filho (2016) realiza uma distinção muito interessante do que consiste em um crime de ódio (o que chamamos de Territórios da Morte) e a dissertação da Nicole Gonçalves da Costa (2016) nos traz reflexões sobre o que chamamos de Territórios do Medo.

Os crimes de ódio são calculados em 1 milhão de habitantes pela tipologia de sua representação. Quando falo em Territórios da Morte me refiro, especificamente, aos crimes de ódio, crimes que marcam os corpos e que estabelecem e consolidam os Territórios da Morte.

Quando falamos sobre os Territórios do Medo estamos falando especificamente dos dados de denúncias de processos de violação (Direitos Humanos) do disque 100, a partir da observação de alguns trabalhos (artigos, dissertações e teses), notamos que em nenhum deles foi usado a taxa para cada 1 milhão de habitantes, mas sim para cada 100 mil habitantes, já que existem alguns estados que não possuem 1 milhão de habitantes por

exemplo, dessa forma, optamos por manter essa taxa. É importante frisar que são categorias distintas, elas estabelecem um diálogo, mas são distintas.

Nós estabelecemos essas conexões entre Territórios da Morte – do Medo e de Resistência LGBTQIAP+, exatamente pela tipologia dos dados trabalhados durante os três anos dessa pesquisa. Torna-se explícito não somente na fala dos militantes violados em seu direito de existir, como também no comportamento da mídia, dos governos, dos movimentos socioespaciais/socioterritoriais, etc. É por esses motivos que lutamos por essa terminologia, 1) porque é representada pelos dados (a partir de sua qualidade), 2) porque essas informações estabelecem a construção, seja simbólica, seja territorial, de um Território da Morte, do Medo e da Resistência.

Avançar na reflexão sobre a ação dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais como uma categoria analítica que tem como objetivo central analisar a mediação do espaço e apropriação do território é um passo importante para a realização de uma leitura geográfica dos movimentos.

Como o espaço e o território são produzidos como estratégia central para a realização dos objetivos de um determinado movimento, isto é, quais são suas intencionalidades e objetivos que ordenam e reúnem um conjunto de estratégias expressas no espaço e território. Por fim, como os espaços e os territórios produzem as identidades dos movimentos e geram novas subjetividades políticas, ou seja, ao mesmo tempo que esses movimentos produzem espaços e territórios a partir de múltiplas intencionalidades, também são produzidos por estes espaços e territórios a partir de uma relação dialética que pode se dar desde o conflito até a negociação. Essa relação dialética fica explícita quando se analisa as reciprocidades existentes entre os Territórios da Morte e do Medo e os Territórios de Resistência como disputa e resposta promovida pelos sujeitos impactados pelos inúmeros preconceitos.

Considerações Finais

A heterossexualidade é imposta a homens e mulheres na tentativa de controlar os seus corpos e vidas, o resultado dessa imposição é lamentável, já que diversas pessoas são impedidas de viverem sua plena sexualidade e liberdade. As práticas espaciais desses sujeitos também nos revelam o medo contido a partir dessa imposição.

Os movimentos sociais podem ser compreendidos como uma construção de consciência coletiva, as informações presentes nos contextos internos e externos influenciam os sujeitos na execução de suas ações políticas e sociais, quando falamos do movimento LGBTQIAP+ temos a sua ação máxima expressa na Parada da Diversidade, assim como aponta Ortolano (2013, p. 105) “a partir de diversos contextos e por indivíduos que trazem

suas escolhas e sentidos de si, bem como os significados construídos coletivamente” que se montam o ideário de luta e as pautas de determinado movimento social.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são forças opostas que se atraem por um objetivo pré-determinado, é a luta constante entre opressor e oprimido, entre dominantes e dominados, esse processo de disputa torna-se evidente a partir do mapa 1, a expressão da morte, do medo e das resistências por mais que pareçam símbolos e representações antagônicas, representam também um diálogo entre o ser LGBTQIAP+, a violência e a construção de resistências em resposta aos processos de violação em curso.

Quando colorimos a história do Movimento LGBTQIAP+ brasileiro, tínhamos por objetivo, trazer a discussão socioespacial/socioterritorial para dentro desse processo construtivo, isto é, a relação entre o ser LGBTQIAP+ e os espaços e territórios. E, quando trouxemos os momentos marcantes dessa história, pudemos constatar que os sujeitos se organizaram em movimentos e coletivos e até mesmo em esferas ou redes de sociabilidade com o principal objetivo de lutarem contra as diferentes formas de opressão.

Constatamos através da leitura dos dados disponibilizados pelo Ministério dos Direitos Humanos e Grupo Gay da Bahia, que a violência atinge toda a População LGBTQIAP+, impedindo que essas pessoas acessem espaços que são essenciais e importantes para a manutenção de suas vidas, a saúde é um valioso exemplo. A partir da desigualdade existente nestes espaços é que se torna possível a construção e consolidação de Territórios do Medo e da Morte, bem como dos Territórios de Resistência em resposta aos outros dois territórios. A violência impede que esses corpos sejam corpos livres, aprisionando-os em espaços específicos da cidade, espaços limitados e, que limitam também o corpo e a construção de suas corporeidades.

O mapa síntese “Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+” representa um avanço significativo na compreensão das mortes e processos de violação, bem como, no surgimento, permanência e continuidade das resistências dos sujeitos sociais que emergem para enfrentar e combater as práticas de violação.

Referências

ALVES, Natália Cristina. **A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente - SP**. 2010, 94 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e tecnologia (Campus Presidente Prudente), 2010.

AMORIM, Sílvia Maria Godoy. **ESCOLA E TRANSFOBIA: vivências de pessoas transexuais**. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciência e Letras (Campus Araraquara), 2018.

ANZILAGO, Julciane Inês. **Mulheres camponesas em movimento: sua organização e resistência no assentamento Fernando Silva em Porangatu/Goiás**. 2014. 86 f. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014.

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-85.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

COSTA, B. P.; BERNARDES, A. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 10, p. 30, 2013

COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

COENGA-OLIVEIRA, Danielle. **“Se fosse Normal, Deus teria criado Adão e Ivo” A homofobia e a produção e regulação do sexo/gênero**. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CAMAROTTI, Renata. **A trajetória do Movimento LGBT: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano**. 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação do departamento de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil Sem Homofobia**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade da Educação. Universidade de São Paulo, São Paula, 2011.

SARTORATO, Diego. **O que foram as Ligas Camponesas homenageadas pela marcha do MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/08/13/o-que-foram-as-ligas-camponesas-homenageadas-pela-marcha-do-mst/>> em 13 de ago. 2018

FRANÇA, I. L. **Cenas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006. 246 f. Dissertação (Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

FERREIRA, Eduarda; MOREIRA, Luciana, LENZI, Maria Helena. Espacialidades Lésbicas: Localizando Visibilidades e Construindo Geografias Dissidentes. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 26, 2018. ISSN 21772886.

FILHO, J. S. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-patial positionality e convergence spaces, **Revista NERA**, Ano 20, n. 39, p. 13-38, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FILHO, J. S; SILVA, H. M. da; ORIGUÉLA, C. F. Ocupações de terra no Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema (1988-2011). **DATALUTA**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras expressões, 2014. 69-100.

FREIRE, L. **A máquina da cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil das pessoas transexuais. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, L. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. **Cad. Pagu** [online]. 2016, n.48.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu** [online]. 2016, n.46, pp.311-340.

FACCHINI, R. RODRIGUES, J. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In. **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262

FROMM, E. **Escape From Freedom**. New York, Rinehart, 1941.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2010.

HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Revista Feminista**, Recife, n.2, 2010.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung**, Brasil, n.7, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

KORNHAUSER, W. **The Politics of Mass Society**. Glencoe. Free Press, 1959.

LACERDA, T. W. F. **A Parada LGBT e os espaços públicos**: a afirmação da diversidade sexual em Campinas. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

LAKATOS, E. M; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAIA, C. E. S. Festividades e territorialidades na Parada LGBT goianiense. **TERR@ PLURAL** (UEPG. ONLINE), v. 6, p. 273-288, 2012.

MATOS, T. C. **A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista**: o caso da rua frei caneca. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, E. C. do. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. 2012. 399 f. Tese (Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOGUEIRA, L. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 29-55.

ORTOLANO, F. **Concepções de sexualidade e direitos humanos**: uma análise psicopolítica a partir das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ORTOLANO, F. Psicologia dos movimentos sociais e as paradas LGBT de São Paulo e Campinas. **Revista de Estudos Universitários**, v. 39, p. 105-123, 2013.

ORNAT, M. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural** (UEPG. Impresso), v. 2, p. 309-322, 2008.

ORNAT, M. J. **Territórios da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

ORTOLANO, F. Turismo e Hospitalidade: um olhar para a juventude nas paradas do orgulho LGBT. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 2, p. 314-330, 2012.

OLIVA, T. D. **O discurso de ódio contra as minorias sexuais e os limites à liberdade de expressão no Brasil**. 2012. 199 f. Mestrado (Direitos Humanos) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. 240 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PEDON, N. R; DALPÉRIO, L. C. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. **DATALUTA**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras expressões, 2014. 39-68.

PARIS, G. **Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro**: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas. Rio de Janeiro, 2015, 156 p. Orientadora: Janice Caiafa. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PINAFI, T. **Militante... Já viu, né?** A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGBT. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2017.

RICHARDSON; R. J. et all. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHES, M.; ZANETTI, V; TONIOLO, M. A. TERRITORIALIDADES LGBTs. **Sociedade e Território**, v. 32, p. 96-114, 2020.

SAFFIOTI, Heleith. Gênero e Patriarcado. In: **Marcadas a ferro**. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes. 1976.

SANT'ANNA, L. M. Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano, **Revista NERA**, Ano 20, n. 39, p. 211-230, 2017.

SILVA, J. M. A CIDADE DOS CORPOS TRANSGRESSORES DA HETERONORMATIVIDADE. **Geo UERJ**, Ano 10, n. 18, v. 1, 16 p. 2008.

SILVA, M. J; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 31-45.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.) **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 13-31

SILVA, T. F. da et al. Qual Espaço Para Discutir Gênero? **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 169-183, jan. / jul. 2015

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 2016. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SOUZA, R. **“Saindo do Gueto”**: o movimento homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 137p. Dissertação. Programa de Pós-graduação em sociologia, faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 136-165, dez/2019.

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBTs: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Revista Geografia em Atos** (Geo Atos online) - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 121-140, mar, 2020.

SOUZA, W. V. F. Movimento LGBT ocupando e transformando os espaços. **GEOGRAFIA EM ATOS (ONLINE)**, v. 1, p. 15, 2017.

TORRES RODRIGUEZ, Marta. **Vivencias de sujetos em procesos transexualizadores y sus relaciones com el espacio urbano de Santiago de Chile**. 2012, 202 f. Dissertação

(mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e tecnologia (Campus Presidente Prudente), 2012.

Sobre os autores

Wilians Ventura Ferreira Souza – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é pesquisador do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, observatório responsável pelo lançamento dos dados de Crimes de Ódio contra a população LGBTQIA+. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-6166-0059>.

Carlos Alberto Feliciano – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador III da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Agroecologia do Pontal do Paranapanema (NEAPO). Pesquisador Associado de Projeto Temático da FAPESP. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0003-1682-7996>.

Como citar este artigo

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Por uma leitura geográfica dos territórios da morte, do medo e de resistência LGTBQIAP+ no Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 87-111, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Wilians Ventura Ferreira Souza** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e elaboração do mapa síntese; o segundo autor **Carlos Alberto Feliciano**, pela leitura, avaliação e revisão do manuscrito.

Recebido para publicação em 22 de junho de 2020.
Devolvido para revisão em 10 de fevereiro de 2021.
Aceito para publicação em 16 de fevereiro de 2021.
